



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Cultura

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – FUNECE
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR – CEV/UECE

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS
EFETIVOS NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA CULTURA
DO ESTADO DO CEARÁ
Edital Nº 01/2018 – SECULT/SEPLAG, DE 29 DE JUNHO DE 2018

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE
ANALISTA DE PATRIMÔNIO

Engenharia Civil
CÓDIGO 13

Duração da Prova: 4 horas
Início: 9 horas – Término: 13 horas

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____ Nº DA SALA _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie nos locais apropriados, uma vez, com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Edifica-se com bons exemplos.

ATENÇÃO!

Esta Prova Objetiva é composta de 60 questões, assim distribuídas:

- Língua Portuguesa (10 questões);
- Fundamentos de Administração Pública (10 questões);
- Políticas Culturais (10 questões);
- Conhecimentos Específicos (30 questões).

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 1, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 60 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item **5 b**), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a. não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b. não assinar a folha de respostas;
 - c. marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d. fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 15 de outubro de 2018 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 22 de outubro de 2018.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papeis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com o inciso VII do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT, de acordo com o inciso IX do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

LÍNGUA PORTUGUESA

HÁ DOIS BRASIS

Marina Colasanti

01 Toda noite acompanho as declarações
02 nacionais nos vídeos enviados ao
03 programa/projeto *O Brasil Que Eu Quero*.
04 Mas, noite após noite, cresce em mim a
05 sensação de uma ausência.

06 Onde estão os outros? Aqueles que, ao lado
07 das pessoas de boas intenções, constroem o
08 Brasil que temos?

09 O cidadão da pequena cidade de um interior
10 perdido no meio desse país enorme, manda
11 seu vídeo tirado diante de uma obra
12 inacabada — mais uma — e diz que quer um
13 Brasil de obras terminadas e bom
14 aproveitamento do dinheiro público.

15 Mas vários se beneficiaram com aquela
16 obra, mesmo que tenham ficado com pouco
17 mais que as fundações. Houve quem levasse
18 propina para facilitar uma licitação, quem
19 vendesse material superfaturado, quem
20 lavasse o dinheiro sujo da transação, houve
21 quem ganhasse votos por propor aquela
22 obra.

23 Onde estão suas vozes surdas, que a gente
24 não ouve? Falam baixo mas falam, nos
25 escritórios onde as transações se fecham,
26 nos restaurantes onde dinheiros são
27 entregues, nos aeroportos onde encontros
28 são marcados.

29 E os que murmuram não querem obras
30 acabadas e lícitas, não querem o bom
31 aproveitamento do dinheiro público. Querem
32 manter o bom aproveitamento privado do
33 dinheiro público.

34 Um pescador no seu barco grava o vídeo
35 mostrando a água imunda ao redor e
36 suspende a rede cheia de detritos. Pede um
37 Brasil que respeite a natureza e que a
38 proteja.

39 Onde estão os que jogaram os detritos?
40 Onde estão aqueles que colaboram largando
41 um papel aqui, um entulho acolá, um sofá
42 imprestável na lagoa, sacos plásticos em
43 toda parte? Não gravaram nenhum vídeo
44 dizendo, “o Brasil que eu quero é esse
45 mesmo, de liberdade individual sem ligar
46 pro coletivo, um país onde eu posso jogar
47 papel no chão porque pago imposto pro gari
48 limpar”.

49 Na comunidade, a mãe com filho no colo
50 grava seu vídeo diante de uma vala a céu
51 aberto e diz que quer um país com
52 saneamento básico para todos e sobretudo
53 para as crianças.

54 Cadê aqueles tantos que ligam o esgoto da
55 sua casa na rede pluvial, porque sai mais
56 barato que fazer uma obra ligando esgoto a
57 esgoto? Ou os que jogam o esgoto da casa
58 de campo no riacho que passa pelos fundos?

59 Esses são espertos, não contam sua façanha
60 nem para o vizinho, não postam no Face
61 fotos de canos, mas desejam, desejam
62 muito que a vigilância não bata à sua porta
63 e que tudo continue como está nesse Brasil
64 que é nosso.

65 Não estava nos vídeos mas poderia estar, a
66 reportagem do Fantástico revelando como
67 se faz um gato chique para driblar o
68 contador de energia. Os funcionários
69 disseram estar no ramo faz tempo, atuam
70 em casas de classe média e classe média
71 alta, belas casas de condomínio. Para
72 compensar tanto miau, os demais — ou
73 seja, nós — pagamos 15% a mais nas
74 nossas contas de luz.

75 Seria apenas justo que os proprietários
76 dessas casas mandassem vídeos dizendo
77 que o Brasil que eles querem é esse mesmo,
78 preservando seu direito de ter o bichano de
79 estimação. E os funcionários que fazem a
80 instalação poderiam aparecer ao fundo,
81 talvez batendo palmas.

82 A maioria dos vídeos pede políticos honestos
83 e o fim da corrupção. Se todos os políticos e
84 todos os corruptos e todos os corruptores e
85 todos os doleiros mandassem vídeos
86 defendendo o Brasil do seu negócio,
87 teríamos uma enxurrada pior que a de
88 Mariana.

89 Olhando os vídeos inseridos cada noite no
90 Jornal Nacional mal se percebe, mas o que
91 estamos assistindo é a luta, talvez decisiva,
92 entre o Brasil que nós queremos e o Brasil
93 que eles querem, entre os que expressam
94 em voz alta seu querer, e aqueles que,
95 calados, realizam o seu.

Fonte:
<http://www.marinacolasanti.com/2018/06/ha-dois-brasis.html>. Acesso em 12/08/2018.

01. Considerando o universo de referência da crônica em estudo, é correto afirmar que

- A) faz parte do domínio literário, portanto trata de um mundo fictício, onde os objetos referidos adquirem contornos eminentemente simbólicos.
- B) prevê internautas como destinatários, o que leva a autora a usar uma formulação linguística menos elaborada e opções linguísticas menos prestigiadas.
- C) aborda questões do mundo real, do cotidiano concreto das pessoas que estão inevitavelmente expostas às vicissitudes do dia a dia.
- D) apresenta o assunto de forma genérica evidenciada por uma linguagem impessoal cujo enunciador parece ausentar-se e dar a voz a um outro – universal.

02. A cronista desenvolve sua argumentação contrapondo dois Brasis. Assinale a opção em que **NÃO** há distinção em relação aos agentes citados.

- A) “as pessoas bem-intencionadas” são “aquelas que, caladas, constroem o Brasil que temos”.
- B) “os que expressam em voz alta o seu querer” são os mesmos que “falam baixo nos escritórios”.
- C) “os que querem manter o bom aproveitamento privado do dinheiro público” são os mesmos que “querem um Brasil de obras terminadas”.
- D) “os que dizem que o Brasil que querem é o de liberdade individual sem ligar pro coletivo” é o mesmo “dos que falam baixo, mas falam”.

03. Assinale a opção em que a sequência linguística exemplificada e a identificação da tipologia textual está correta.

- A) “Toda noite acompanho as declarações nacionais nos vídeos enviados ao programa/projeto *O Brasil Que Eu Quero*.” (linhas 01-03) = tipo injuntivo
- B) “Onde estão suas vozes surdas, que a gente não ouve?” (linhas 23-24) = tipo argumentativo
- C) “O cidadão da pequena cidade de um interior perdido no meio desse país enorme...” (linhas 09-10) = tipo narrativo
- D) “Cadê aqueles tantos que ligam o esgoto da sua casa na rede pluvial, porque sai mais barato que fazer uma obra ligando esgoto a esgoto?” (linhas 54-57) = tipo descritivo

04. Assinale a opção cujo trecho apresenta um argumento que dispensa a modalização nos usos verbais.

- A) “Esses são espertos, não contam sua façanha nem para o vizinho, não postam no Face fotos de canos, mas desejam, desejam muito que a vigilância não bata à sua porta e que tudo continue como está nesse Brasil que é nosso.” (linhas 59-64)
- B) “Não estava nos vídeos mas poderia estar, a reportagem do Fantástico revelando como se faz um gato chique para driblar o contador de energia.” (linhas 65-68)
- C) “Seria apenas justo que os proprietários dessas casas mandassem vídeos dizendo que o Brasil que eles querem é esse mesmo, preservando seu direito de ter o bichano de estimação.” (linhas 75-79)
- D) “E os funcionários que fazem a instalação poderiam aparecer ao fundo, talvez batendo palmas.” (linhas 79-81)

05. Considerando somente o segmento destacado em “...**os demais** — ou seja, nós — **pagamos 15% a mais nas nossas contas de luz**” (linhas 72-74), é correto afirmar quanto à concordância verbal que essa flexão

- A) revela uma concordância ideológica de número.
- B) apresenta nitidamente um caso de silepse de gênero.
- C) indica que a autora quer indicar sua inclusão na ideia retratada pelo verbo.
- D) é um caso de silepse de número.

06. Assinale a opção em que o pronome relativo sublinhado funciona sintaticamente como sujeito.

- A) “Aqueles que, ao lado das pessoas de boas intenções, constroem o Brasil que temos?” (linhas 06-08)
- B) “Onde estão suas vozes surdas, que a gente não ouve?” (linhas 23-24)
- C) “... dizendo que o Brasil que eles querem é esse mesmo...” (linhas 76-77)
- D) “Pede um Brasil que respeite a natureza...” (linhas 36-37)

07. Assinale a opção em que o nome apresenta formação do plural igual a de “cidadão” (linha 09).

- A) licitação
- B) transação
- C) chão
- D) corrupção

08. Atente para a relação expressa pela oração destacada nos seguintes exemplos:

- I. “Mas vários se beneficiaram com aquela obra, **mesmo que tenham ficado com pouco mais que as fundações.**” (linhas 15-17)
- II. “Houve quem levasse propina **para facilitar uma licitação.**” (linhas 17-18)
- III. “... houve quem ganhasse votos **por propor aquela obra.**” (linhas 20-22)
- IV. “... um país onde eu posso jogar papel no chão **porque pago imposto** pro gari limpar.” (linhas 46-48)

Considerando os exemplos acima, é correto afirmar que somente

- A) I e II expressam relação de finalidade.
- B) III e IV expressam relação de explicação.
- C) I e III expressam relação de concessão.
- D) II e III expressam relação de modo.

09. Assinale a opção cuja significação entre o par de palavras/sintagmas é divergente no texto.

- A) “rede cheia de detritos” (linha 36) – “rede pluvial” (linha 55)
- B) “propina” (linha 18) – “dinheiro sujo” (linha 20)
- C) “transações” (linha 25) – “negócio” (linha 86)
- D) “gato chique” (linha 67) – “bichano de estimação” (linhas 78-79)

10. Sabendo que o sufixo é um elemento formador de novas palavras, atente para o que se diz a seguir e assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () –mento, de “aproveitamento” (linha 14), é um sufixo formador de substantivo.
- () –ção, de “licitação” (linha 18), é um sufixo formador de substantivo derivado de verbo.
- () –dor, de “pescador” (linha 34), é um sufixo de adjetivo que exprime o agente.
- () –vel, de “imprestável” (linha 42), é um sufixo formador de substantivo que exprime negação.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, F, V.

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. O conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil denomina-se

- A) projeto.
- B) atividade.
- C) inspeção.
- D) programa.

12. A seleção de proposta para execução de ação em regime de mútua cooperação deverá ser realizada por órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará por meio de

- A) cadastramento de parceiros.
- B) concorrência pública.
- C) chamamento público.
- D) licitação pública.

13. A principal finalidade das licitações públicas é garantir a observância do princípio constitucional da

- A) legalidade.
- B) isonomia.
- C) moralidade.
- D) transparência.

14. Corresponde a um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário

- A) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- C) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- D) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

15. NÃO se aplica o Regime Jurídico do Funcionário Civil do Estado do Ceará aos

- A) Procuradores do Estado.
- B) Juizes de Direito do Estado.
- C) Secretários do Estado.
- D) Servidores do Poder Legislativo.

16. Analisando a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Ceará, pode-se afirmar corretamente que a Secretaria da Cultura é um(a)

- A) órgão integrante da administração pública direta.
- B) autarquia da administração pública indireta.
- C) entidade da administração pública direta.
- D) instituição integrante da administração indireta.

17. Como regra geral, a servidora pública que tenha cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo que ocupa poderá requerer sua aposentadoria quando satisfizer os seguintes requisitos constitucionais:

- A) 55 anos de idade e 35 de serviço público e/ou privado.
- B) 60 anos de idade e 30 de serviço público e/ou privado.
- C) 60 anos de idade e 35 de contribuição previdenciária
- D) 55 anos de idade e 30 de contribuição previdenciária.

18. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável

- A) ficará em disponibilidade remunerada por tempo indeterminado.
- B) estará sujeito à exoneração ou demissão, conforme o caso.
- C) poderá ser voluntária ou compulsoriamente aposentado, se for o caso.
- D) será imediatamente aproveitado em outro cargo igual ou assemelhado.

19. A faculdade que tem o Estado de limitar e/ou condicionar o exercício dos direitos individuais, a liberdade e a propriedade, tendo como objetivo o interesse público, denomina-se poder

- A) de regulamento.
- B) disciplinar.
- C) discricionário.
- D) de polícia.

20. Atente para o seguinte dispositivo constitucional: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa" (art.36, § 6º, CF).

O referido dispositivo constitucional consagra a teoria da responsabilidade

- A) objetiva do Estado e do agente.
- B) objetiva do Estado e subjetiva do agente.
- C) subjetiva do Estado e objetiva do agente.
- D) subjetiva do Estado e do agente.

POLÍTICAS CULTURAIS

21. Atente às seguintes afirmações sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC –, implementado pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313/191):

- I. Uma de suas finalidades é promover a diversidade cultural regional.
- II. Tem como único mecanismo a lei de incentivo fiscal, mais conhecida como Lei Roaunet.
- III. Criou o Fundo de Investimento Cultural e Artístico – Ficart – que se tornou importante fonte de financiamento da cultura.
- IV. É constituído também pelo Fundo Nacional de Cultura, que tem como prioridade o investimento em projetos financeiramente rentáveis.

Está correto somente o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) IV.
- C) I.
- D) II, III e IV.

22. Quanto ao funcionamento do PRONAC, é correto afirmar que

- A) não atraiu o interesse do empresariado brasileiro que, por isso, não tem investido por meio do incentivo fiscal.
- B) os projetos apresentados não são objeto de restrições quanto ao mérito por parte do Ministério da Cultura.
- C) promoveu uma distribuição equitativa de recursos entre os estados da federação.
- D) os estados do Nordeste, por conta de sua forte cultura popular, foram os mais beneficiados com o Fundo Nacional de Cultura.

23. Em entrevista ao *site* Cultura e Mercado, a gestora cultural Maria Helena Cunha *afirma que*, "o primeiro passo para a construção de um plano estratégico [para a gestão cultural] é o reconhecimento do ambiente de atuação e aqui me refiro ao ambiente interno e externo das instituições. Este reconhecimento leva à elaboração de um diagnóstico que dará subsídio para o início dos trabalhos de planejamento, que ainda irá, em seguida, passar para a estruturação de um plano de ação, de sustentabilidade e que irão definir as ações estratégicas e os projetos executivos".

Fonte:

<http://www.culturaemercado.com.br/site/mercado/aplicando-o-planejamento-estrategico-a-gestao-cultural/>.

Acesso em 20.08.2018.

Pelo exposto, pode-se afirmar corretamente que a gestão cultural

- A) implica conhecer o campo em que o gestor atua de modo a planejar de forma estratégica suas ações.
- B) é imprescindível para os equipamentos culturais privados, sendo opcional no caso dos equipamentos públicos que não visam ao lucro.
- C) tem na elaboração do diagnóstico a etapa imediatamente anterior à definição dos projetos a serem executados.
- D) é uma área de formação generalista, ou seja, prescinde de uma especialização, e deve ser, prioritariamente, assumida por um artista.

24. Como situa o jurista Humberto Cunha Filho, "a Constituição brasileira é abundante no tratamento da cultura. Isso fica evidente no fato de que em todos os seus títulos há alguma ou até mesmo farta disciplina jurídica sobre o assunto. Poderia, por isso, ser chamada de 'Constituição cultural', mas também pelo fato de possuir seção específica para o tema, em cujo artigo inaugural – 215 – se lê que 'o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais'".

Fonte: CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos Culturais no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 11 (jan./abr. 2011).

Isso implica que

- A) a Constituição determina quais são as fontes da cultura nacional e as manifestações culturais que devem ser incentivadas.
- B) a cultura não é entendida como direito fundamental pela Constituição de 1988.
- C) todos os instrumentos garantidores do pleno exercício dos direitos culturais já estão definidos na Constituição de 1988.
- D) é obrigação do Estado garantir o acesso à cultura por meio de políticas públicas.

25. O economista brasileiro Celso Furtado foi um dos grandes defensores da dimensão cultural como parte fundante do desenvolvimento de uma nação. Seu pensamento, nesse aspecto, é

- A) uma aplicação, no contexto brasileiro, das recomendações vigentes no Banco Mundial desde a sua criação nos anos 1940.
- B) fundamental para a discussão contemporânea, ao destacar o papel da criatividade para a economia.
- C) resultado do seu estudo sistemático da relação entre cultura e desenvolvimento nos países desenvolvidos, em especial nos europeus.
- D) colocado em prática com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – em 1959.

26. Na avaliação do produtor cultural Rômulo Avelar, "a cultura brasileira vive a era dos editais, que, por um lado, torna mais democrático o acesso aos recursos, mas que, por outro, cria novos desafios para artistas, produtores e gestores. Cada vez que um empreendedor busca recursos públicos para a realização de um projeto, traz no 'pacote' pesadas obrigações, materializadas na forma de prestações de contas repletas de armadilhas".

Fonte: AVELAR, Romulo. *Elementos de gestão dos empreendimentos culturais*. In: Curso de formação de gestores públicos e agentes culturais. Disponível em <http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/textos/elementosgestcultural.pdf>.

Acesso em 01.09.2018

Diante dessa realidade, é correto afirmar que

- A) ainda há espaço para improvisos no que diz respeito ao planejamento, gestão e avaliação de projetos e programas culturais.
- B) basta ser um grande criador para prescindir de lidar com as engrenagens da política pública de cultura, seja federal, estadual ou municipal.
- C) a saída é apostar no trabalho coletivo, envolvendo habilidades criativas e técnicas, além de capacidade de planejamento, gestão, produção, elaboração de projetos e comunicação e conhecimentos jurídicos.
- D) a sustentabilidade de um programa cultural não virá da excelência no plano artístico, mas do estabelecimento de parcerias com bons profissionais de diversas áreas tais como administração, comunicação, direito etc.

27. A pesquisadora Isaura Botelho aponta para duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica. Segundo a autora, “na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”. Por sua vez, “a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”.

Fonte: BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83.

A partir dessas definições, é correto afirmar que

- A) cada uma das dimensões apresenta questões e desafios específicos à política cultural.
- B) toda política cultural se baseia nas duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica.
- C) a política cultural é elaborada da mesma forma, independente da dimensão de cultura escolhida, seja sociológica ou antropológica.
- D) estas dimensões são excludentes entre si, de modo que a política cultural tem que escolher uma das duas.

28. O Ministério da Cultura foi criado em 1985, durante o governo Sarney. Como situa a historiadora Lia Calabre, “logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta”.

Fonte: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas*. In: BARBALHO, A.; RUBIM, A. (org) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Ufba, 2007.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- A) a cultura ocupou um lugar central entre as políticas públicas do governo Sarney.
- B) o Ministério da Cultura se configurou como uma pasta frágil, o que resultou no desinteresse por parte dos políticos em ocupar esse espaço institucional.
- C) por sua capacidade operativa e seu orçamento, o Ministério da Cultura foi bastante disputado pelos políticos.
- D) o Ministério da Cultura possuía um quadro técnico qualificado, o que garantiu a implementação de suas políticas.

29. No sítio eletrônico do Ministério da Cultura, lê-se que “o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais”.

Fonte: <http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>. Acesso em 30.08.2018

Para alcançar seus objetivos, o Sistema Nacional de Cultura prevê que os municípios e estados que o aderirem devem ter, dentre outros, os componentes listados a seguir. Assinale com **O** os componentes que forem obrigatórios e com **F** os facultativos.

- () órgãos gestores da cultura;
- () conselhos de política cultural;
- () sistemas de informações e indicadores culturais;
- () planos de cultura;
- () programas de formação na área da cultura;
- () sistemas setoriais de cultura.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) O, F, O, F, O, O.
- B) F, O, F, F, O, F.
- C) O, O, F, O, F, F.
- D) F, F, O, O, F, O.

30. O Plano Estadual de Cultura do Ceará, segundo a Lei Nº 16.026, de 01 de junho de 2016, que o instituiu, é definido como uma “ferramenta de planejamento estratégico, de duração decenal, que define os rumos da política cultural, organiza, regula e norteia a execução da política estadual de cultura, estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação”. Assim, é correto afirmar que esse plano

- A) fortalece a política cultural estadual ao desvinculá-la de um governo específico, transformando-a em política de Estado.
- B) tem um limite temporal muito restrito ao ser apenas decenal.
- C) carece de operacionalidade, funcionando mais como um indicador para a atuação dos governantes.
- D) enquanto estiver vigente, determina de forma pormenorizada toda a atuação da política cultural estadual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A preservação do patrimônio cultural é de considerável importância, principalmente no que diz respeito às obras de construção civil. Nesse sentido, a engenharia civil contribui de várias formas para a preservação do bem do patrimônio histórico e artístico, sobretudo nas áreas de manutenção predial, readaptação, reabilitação, reforma, recuperação e avaliação de bens de patrimônios históricos e artísticos. Dessa forma, exige-se que, no mínimo, o profissional de engenharia tenha conhecimento dos termos básicos relacionados à área de preservação do patrimônio cultural. Assim, assinale a opção cujo termo está definido corretamente.

- A) Valor excepcional é o valor atribuído a um conjunto de bens tombado por sua notória empatia emocional.
- B) Valor histórico-cultural é o valor de bens e imóveis tombados que possuem importância histórica ou cultural.
- C) Valor artístico é o valor de bens e imóveis tombados que possuem, pela sua concepção estética e maestria de execução, importância na história da arquitetura e da arte.
- D) Tombamento é o ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico nacional, estadual ou municipal.

32. Segundo Brandi (1971) "a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em sua consistência física e em sua dupla polaridade estético-histórica, com objetivo de transmiti-la ao futuro".

Sobre preservação e restauração, é correto afirmar que

- A) são consideradas adequadas as intervenções e/ou uso de materiais diferentes e fabricados em épocas distintas, quando utilizados como suporte ou complemento, desde que não caracterizem falsificações.
- B) é permitida a transferência de sítio de um monumento mesmo sem razões de grande interesse nacional ou internacional, pois o monumento é inseparável da história – da qual é testemunho – porém, não do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação do todo ou de uma parte de um monumento pode ser tolerada.
- C) o princípio básico de um programa de restauração de um bem móvel de valor cultural consiste em manter sua forma física original, assegurando as não intervenções e/ou uso de materiais diferentes e fabricados em épocas distintas.
- D) segundo a Carta de Burra, – ICOMOS, 1980 – pode-se definir preservação como o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural.

33. No desempenho da atividade de avaliação de bens com valor histórico e artístico, o engenheiro deve, precipuamente, utilizar a ABNT NBR 14653 e, mais especificamente, sua Parte 7, que visa complementar os conceitos, métodos e procedimentos gerais para os serviços técnicos de avaliação de bens do patrimônio histórico e artístico. Com relação aos procedimentos metodológicos, sobretudo quanto às generalidades nas avaliações dos bens integrados e na escolha da metodologia, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- A) Embora muitos imóveis do patrimônio histórico e artístico não tenham valor de mercado por falta ou impossibilidade de transações, o seu valor econômico, como o dos demais bens, deriva de seus atributos, os quais podem ou não estar associadas a um uso.
- B) A escolha do método depende do objetivo da avaliação, das hipóteses assumidas, da disponibilidade de dados e do conhecimento das especificidades do bem a valorar.
- C) Cada método apresenta limitações – metodológicas e de informações disponíveis – associadas ao objetivo e fundamentação da avaliação, às hipóteses sobre o comportamento do consumidor e aos efeitos da utilização do imóvel do patrimônio histórico e artístico em outros setores da economia, o que leva à necessidade de explicitar claramente os fatores limitantes e os pressupostos assumidos na avaliação.
- D) Preços de obras avulsas assemelhadas não devem servir de base de referência para a avaliação de bens artísticos de autoria anônima, visto que podem ter sido objeto de transações realizadas.

34. No que compete ao Estado em relação à preservação do patrimônio cultural no Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação de Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo.
- B) o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
- C) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual é competência do Estado.
- D) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

35. A institucionalização do patrimônio cultural material como objeto de políticas públicas se deu a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Nesse decreto, em seu primeiro parágrafo, fica definido que constitui o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Essa definição se refere ao

- A) patrimônio histórico e artístico nacional.
- B) conjunto artístico, material e folclórico nacional.
- C) levantamento artístico cultural brasileiro.
- D) acervo cultural, artístico, histórico e material do Brasil.

36. Compreende-se por Projeto de Preservação qualquer ação em benefício do bem cultural nas áreas de identificação, proteção, conservação e promoção.

No que diz respeito a Projeto de Preservação, escreva **V** ou **F** conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma a seguir:

- () Os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, considerando a autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras.
- () Na avaliação do estado de conservação do sistema estrutural deverá ser verificado o comportamento estrutural da edificação, nos seus diversos componentes: fundação, pilares, vigas, paredes, sistema de contraventamento, vínculos, sistema de cobertura e outros.
- () No levantamento físico, a planta situação representa a implantação da edificação no terreno e vizinhança, em escala de 1:200 ou 1:100, conforme as dimensões do monumento, contendo, entre outros, endereço da edificação, locação da rede pública de esgoto, água e energia elétrica.
- () No levantamento físico, a planta de locação, que representa a implantação da edificação e seu terreno na malha urbana, deve ser apresentada na escala de 1:500 ou 1:1000, de esquemática indicando vias de acesso, orientação, edifícios de interesse histórico ou artístico da área, e outros.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) V, F, F, F.
- D) F, F, V, V.

37. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – estabeleceu a Convenção do Patrimônio Mundial para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Outro marco internacional de grande importância foi a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris, no ano de 2003.

Acerca dos marcos internacionais citados acima, é correto afirmar que

- A) consideram patrimônio cultural somente os monumentos, ou seja, obras arquitetônicas esculturas ou pinturas monumentais.
- B) consideram patrimônio natural somente os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, ou por um conjunto de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- C) o patrimônio cultural imaterial se manifesta, dentre outros, nos seguintes campos: expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; e técnicas artesanais tradicionais.
- D) a conferência realizada em Paris, no ano de 2003, aprova a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que tem como finalidade definir patrimônio cultural e natural.

38. Sabendo-se que o Projeto de Intervenção no patrimônio edificado é constituído pelas etapas identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de intervenção, que são inter-relacionadas, é correto afirmar que

- A) identificação e conhecimento do bem é a etapa de consolidação dos estudos e pesquisas realizados, na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do bem.
- B) a etapa proposta de intervenção subdivide-se em três partes, começando pelo estudo preliminar, seguido pelo anteprojeto e finalizando com o projeto básico.
- C) faz parte da etapa do diagnóstico as prospecções, que objetivam fornecer informações complementares à pesquisa histórica e levantamento cadastral, possibilitando análises e deduções de hipóteses de diagnóstico, e alternativas de soluções de projeto.
- D) são atividades componentes do diagnóstico: mapeamento de danos, análise do estado de conservação, estudos geotécnicos e ensaios e testes.

39. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a um dos princípios aos quais os estudos, projetos, obras ou intervenções em bens culturais tombados devem obedecer.

- A) Planejamento assegurando a prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais, as respectivas técnicas, metodologias e recursos a empregar na sua execução.
- B) Proporcionalidade garantindo o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou de autenticidade.
- C) Fiscalização promovendo o controle das obras ou intervenções em bens culturais de acordo com os estudos e projetos aprovados.
- D) Informação através da divulgação sistemática e padronizada de dados sobre as obras ou intervenções realizadas em bens culturais para fins histórico-documentais, de investigação e estatísticos.

40. A ABNT NBR 9050:2015 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Em relação ao que preceitua o normativo de acessibilidade, assinale a afirmação verdadeira.

- A) As áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico, dentre outras, necessitam ser acessíveis, prevendo a utilização por profissionais técnicos com dificuldade de mobilidade ou portadores de deficiência física.
- B) Segundo os termos e definições da NBR 9050, entende-se por acessíveis aqueles espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por pessoas idosas, portadoras de alguma deficiência ou que apresentem dificuldade de locomoção ou mobilidade.
- C) A NBR 9050 visa proporcionar a utilização, de maneira autônoma, independente e segura, do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos especificamente a idosos e pessoas com deficiência, independentemente da estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.
- D) ABNT NBR 5410, Instalações elétricas de baixa tensão, é um documento indispensável à aplicação da ABNT NBR 9050.

41. Considerando a Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno, é correto afirmar que

- A) a realização de intervenção em bem tombado, individualmente ou em conjunto, ou na área de entorno do bem, deverá ser precedida de autorização do Iphan.
- B) só há uma categoria de intervenção que é a restauração.
- C) dos documentos necessários para análise de intervenção de restauração, somente é preciso o formulário de requerimento de autorização de intervenção devidamente preenchido e a cópia do CPF ou CNPJ do requerente.
- D) em relação ao processo e procedimento de autorização de intervenção, não há necessidade de abrir processo administrativo próprio.

42. Anteriormente à produção de projetos de recuperação de estruturas tradicionais e contemporâneas, deve-se investigar a causa das manifestações patológicas, através de procedimentos do campo da engenharia diagnóstica relacionados a vistorias, inspeções, auditorias, perícias e consultorias, a fim de determinar os mecanismos que deram origem aos problemas que necessitam de tratamento adequado e específico. Considerando-se as inspeções em estruturas de concreto, a norma ABNT NBR 16230 estabelece os requisitos para a qualificação e certificação de pessoal para inspeção de estruturas de concreto. Dessa forma, quanto às comprovações exigíveis de escolaridade e experiência profissional para os candidatos à categoria de inspetor, assinale a opção que corresponde ao requisito mínimo.

- A) Categoria Inspetor I: engenheiro civil especialista – pós-graduado lato sensu, mestre ou doutor – em patologia e terapia das estruturas ou em estruturas de concreto, com dois anos de experiência na atividade.
- B) Categoria Inspetor I: curso superior na área de construção civil e dez anos de experiência em patologia e terapia das estruturas de concreto.
- C) Categoria Inspetor II: engenheiro civil com cinco anos de experiência em patologia e terapia das estruturas de concreto.
- D) Categoria Inspetor II: ensino médio profissionalizante em construção civil, com dois anos de experiência em patologia e terapia das estruturas de concreto.

43. No desempenho das atividades de análise de projetos de recuperação de estruturas tradicionais e contemporâneas, o profissional de engenharia ou arquitetura deve ter conhecimento dos normativos técnicos de referência. Considerando o projeto e execução de estruturas de concreto armado, assinale a opção que corresponde à norma brasileira regulamentadora dos procedimentos que devem ser adotados.

- A) ABNT NBR 14653-7:2009
- B) ABNT NBR 6492:1994
- C) ABNT NBR 16001:2012
- D) ABNT NBR 6118:2014

44. Vários materiais, a exemplo da madeira, da cerâmica, do aço e do concreto, são utilizados nos mais diversos sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos, tais como construções em madeira, alvenaria convencional, alvenaria estrutural, pré-moldados de concreto, paredes de concreto moldadas *in loco*, *drywall*, *wood framing*, *steel framing*, e com os mais variados arranjos estruturais (vigas, treliças, pórticos, cascas, placas, etc.). Geralmente, para cada sistema construtivo existem normativos específicos que devem ser de conhecimento obrigatório do engenheiro. Dessa forma, assinale a opção cujo código está corretamente relacionado com o título do normativo que regulamenta o uso do sistema construtivo ou de seus componentes.

- A) ABNT NBR 7190:1997 – Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio
- B) ABNT NBR 16590-2:2017 – Composto polimérico para assentamento em alvenaria de vedação Parte 2: Métodos de ensaio
- C) ABNT NBR 15961-1:2011 – Alvenaria estrutural – blocos cerâmicos parte 1: Projetos
- D) ABNT NBR 14762:2010 – Projeto de estruturas de madeira

45. No que diz respeito ao tema acessibilidade a edificações e espaços públicos e mobilidade urbana, considerando que a Norma ABNT NBR 9050:2015 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos não é uma norma de acessibilidade específica para a parcela da população idosa, assinale a opção que corresponde a um documento normativo que pode ser considerado uma tentativa de suprir deficiências da NBR 9050 em relação à população idosa.

- A) ABNT NBR 15646, de 12 de janeiro de 2016
- B) MDH/CNDI RESOLUÇÃO Nº 33, de 24 maio de 2017
- C) ABNT NBR 14273, de 30 de janeiro de 1999
- D) ANVISA/RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005

46. Considerando o diagnóstico e aplicações técnicas de materiais, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Se sua parede de taipa ou adobe apresenta perda de material junto à base da parede, fissuramento vertical da superfície e/ou destacamento de parte do maciço, essa condição é, provavelmente, causada pela falta de proteção do edifício contra a ação das chuvas. Uma das técnicas utilizadas é a proteção do beiral, cuja função é dirigir as águas para longe do edifício. É importante manter, portanto, os beirais em bom estado e não reduzir suas dimensões.
- B) Se a alvenaria de taipa ou adobe apresenta presença de raízes incrustadas na alvenaria causada pelo crescimento de plantas dentro ou sobre a estrutura da alvenaria, alimentando-se do material do substrato, é necessário, como técnica, fazer o deslocamento da vegetação para as proximidades da construção.
- C) Se a alvenaria de taipa ou adobe apresenta manchas e desagregação em camadas superiores da parede interna ou externamente, a causa é a falta de proteção do edifício contra a ação das chuvas. Uma das técnicas utilizadas é a canalização das águas que caem dos telhados, evitando-se que respinguem ou empocem, atingindo as bases das paredes e provocando sua degradação.
- D) A técnica de recuperação de trechos da alvenaria pode ser feita facilmente com a substituição do trecho degradado por material novo, semelhante ao original (taipa ou adobe), com as mesmas características do antigo. Quando tenham ocorrido deteriorações no ângulo do muro ou em cunhais, as intervenções se tornam mais fáceis e não é preciso ter orientação especializada.

47. Acerca dos materiais, especificamente para pinturas e tratamentos, utilizados em obras de restauração, consolidação e conservação de edificações, é correto afirmar que

- A) aguarrás possui suspensão fluida de material corante – pigmento – de finíssima granulação, em um líquido aglutinante capaz de convertê-la em película sólida quando uma delgada demão é aplicada a uma superfície.
- B) óleo de linhaça é um líquido de cor amarelo-âmbar, extraído da semente do linho, comumente usado cru ou cozido na confecção de tintas.
- C) cal é um pó de cor branca usado como pigmento de tintas. Pode ser à base de carbonato básico de chumbo ou óxido de zinco.
- D) alvaiade é um líquido usado como diluente nas tintas a óleo e no preparo de vernizes.

48. Por vezes, no desempenho das funções sob a responsabilidade do analista de patrimônio da área de engenharia civil, faz-se necessária a análise de projetos das várias disciplinas ou sistemas componentes de serviços e obras de construção civil. Para realizar a análise de projetos é indispensável à consulta aos normativos correspondentes ao sistema ou disciplina a ser analisado. No entanto, há sistemas que não possuem normas específicas vigentes para orientar, estipular padrões de desempenho, apresentar requisitos exigíveis, orientar a instalação, ou determinar as diretrizes necessárias à produção de projeto, ou apresentar procedimentos de execução. Dentre os sistemas passíveis de projetos ou procedimentos de construção civil listados a seguir, selecione aquele que **NÃO** possui normativo específico vigente e/ou em revisão (Normas Técnicas Brasileiras – NBR's) na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a produção, confecção do seu projeto, orientação de procedimentos, dimensionamento ou instalação.

- A) sinalização tátil no piso
- B) piscina
- C) linha de recalque para sistema de esgoto sanitário
- D) escavação

49. No que diz respeito à compatibilização de projetos, existem várias metodologias, procedimentos e ferramentas que auxiliam o profissional de engenharia nas tarefas de análise e compatibilização. Considerando-se que é necessário o conhecimento geral do engenheiro sobre tais instrumentos disponíveis, assinale, dentre as opções apresentadas a seguir, a que **NÃO** corresponde a uma ferramenta considerada instrumento de auxílio à compatibilização de projetos.

- A) Vectorworks® Architect
- B) Orçamento Executivo
- C) Tecnologia BIM
- D) ABNT NBR 15965

50. Em sendo a gestão de projetos um conjunto de princípios, práticas e técnicas aplicadas para liderar grupos de projetos e controlar programação, custos, riscos e desempenho para se alcançar as necessidades do cliente final, considera-se que a gestão de projetos requer duas etapas fundamentais, quais sejam:

- A) planejamento e controle.
- B) concepção e planejamento.
- C) execução e fornecimento do produto, serviço ou processo.
- D) execução e acompanhamento.

51. Por vezes o Fiscal de Obras Públicas precisa realizar ações de verificação de planilhas orçamentárias compostas por milhares de itens de serviços distintos como, por exemplo, nas ações de produção de Curva ABC para certificar-se da manutenção de compatibilidade dos preços de mercado em aditivos contratuais, quando da necessidade e dentro das previsões e limitações legais. A classificação ABC é baseada no princípio de Pareto, que, resumidamente, diferencia os itens mais importantes dos de menor importância: a faixa A representa serviços que representam um percentual acumulado de 50% do valor total do orçamento, a faixa B que se situa entre os percentuais acumulados de 50% a 80%, ou seja, representa itens que representam 30% do valor orçamentário total e, por fim, a classe ou Faixa C que contém os serviços situados entre os percentuais de 80% a 100%. Na prática, é comum o Fiscal não dispor de softwares orçamentários que produzam automaticamente a Curva ABC; nesses casos, o profissional utiliza-se de planilhas eletrônicas. Considerando a hipótese de que o Fiscal de Obras deve dispor do orçamento a ser analisado em formato XLS e adotar uma sequência lógica de procedimentos, analise as seguintes afirmações:

- I. Caso a obra seja composta por várias etapas, com uma única planilha orçamentária englobando todas as etapas, o Fiscal de Obras deverá separar o orçamento em várias planilhas por etapa da obra.
- II. Nas planilhas obtidas no passo anterior, incluem-se todas as linhas necessárias de títulos subtítulos, totais e subtotais do orçamento, excluindo-se as linhas nas quais são descritos os serviços, quantidades e preços unitários.
- III. De forma geral, alguns serviços repetem-se várias vezes na planilha, devendo-se agrupá-los para que constem uma única vez. Pode-se, para isso, ordenar a planilha por nome de serviço ou por preço unitário, agrupando os serviços semelhantes em uma única linha que fornecerá os quantitativos somados dos serviços agrupados.
- IV. Após a conclusão do passo anterior, ordena-se a planilha em ordem decrescente dos valores parciais de cada serviço, obtidos através da multiplicação de suas quantidades agrupadas pelos respectivos preços unitários.
- V. Por fim, criam-se as colunas "% do serviço" e "% acumulado", podendo então ser traçada e utilizada a Curva ABC.

Considerando a elaboração de uma Curva ABC, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e IV apenas.
- C) III, IV e V apenas.
- D) I, II, III e V apenas.

52. Tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Essa definição, conforme a NR 5, refere-se aos objetivos da CIPA, que significa

- A) Centro Institucional de Preservação dos Acidentes.
- B) Coordenação Institucional Preventiva de Ações.
- C) Custo Interno Particular de Avaliação.
- D) Comissão Interna de Preservação de Acidentes.

53. Considerando as competências dos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, analise os seguintes itens:

- I. aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador;
- II. determinar, quando esgotados todos os meios conhecidos para a eliminação do risco e este persistir, mesmo reduzido, a utilização, pelo trabalhador, de Equipamentos de Proteção Individual – EPI –, de acordo com o que determina a NR 6, desde que a concentração, a intensidade ou característica do agente assim o exija;
- III. manter permanente qualquer tipo de relacionamento com a CIPA, sem necessidade de valer-se de quaisquer observações, nem de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5;
- IV. analisar e registrar em documento(s) específico(s) todos os acidentes ocorridos na empresa ou estabelecimento, com ou sem vítima, e todos os casos de doença ocupacional, descrevendo a história e as características do acidente e/ou da doença ocupacional, os fatores ambientais, as características do agente e as condições do(s) indivíduo(s) portador(es) de doença ocupacional ou acidentado(s).

Compete ao profissional integrante dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho o que consta em

- A) I e III apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I, II, III e IV.

54. Para fiscalizar ou analisar projetos, faz-se necessário o domínio dos fundamentos, definições e conceitos relativos a obra e serviços de engenharia, uma vez que o fiscal deve ter perfeita compreensão do sistema representado pelo projeto que será fiscalizado: um componente de uma obra ou um serviço de engenharia, dadas as especificidades dos procedimentos e análise para cada caso (interdependência, correlações, compatibilização, especificações, desdobramentos, normativos complementares, exigíveis, etc.). Diante disso, considerando o conceito da ação ou da atividade e sua classificação como obra ou serviço de engenharia, assinale a opção **FALSA**.

- A) Conceito: Montar – arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação. Definição: Serviço de Engenharia.
- B) Conceito: Recuperar – tem o sentido de restaurar, de fazer com que sejam retomadas as características anteriores abrangendo um conjunto de serviços. Definição: Serviço de Engenharia.
- C) Conceito: Fabricar – produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura. Definição: Obra.
- D) Conceito: Reformar – consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual. Definição: Obra.

55. Uma das ações iniciais mais importantes, apesar da sua simplicidade, do Fiscal de Obras é conferir a locação da obra. A respeito da fase de locação da obra, é correto afirmar que

- A) após os procedimentos de locação da obra, a planta de locação deve ser produzida pelo engenheiro residente, para que sejam reposicionados, no terreno, todos os pilares e elementos de fundação.
- B) a obra não deve ser locada com rigor, tendo em vista dois fatores: a necessidade de aceleração do processo construtivo e as consultas posteriores à planta de locação e aos projetos de altimetria e planimetria.
- C) se pode dividir a locação de uma obra em dois tipos: locação de estacas e locação de paredes. Na prática, caso haja obrigatoriamente a necessidade de utilização de bate-estacas na obra, deve-se optar pelo tipo de locação de paredes.
- D) o ponto inicial de locação de pilares é geralmente posicionado no baricentro de um pilar retangular e, a partir dele, define-se um sistema de coordenada cartesiana que servirá de referência à locação dos demais pilares.

56. No desenvolvimento das atividades de fiscalização e análise de projetos há relativa correlação entre ações de fiscalização e auditoria quando se consideram as necessidades de verificação de itens básicos que devem constar em documentos como projeto básico, projeto executivo e projeto "as built". O projeto básico pode ser entendido como o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. O conteúdo técnico do projeto básico deve ser composto por desenho, memorial descritivo, especificação técnica e orçamento (planilha de custos e serviços, composição de custo unitário de serviço, cronograma físico-financeiro). De forma complementar, o conteúdo do projeto básico apresenta elementos técnicos específicos por tipologia de obras de engenharia mais usuais. Sem esgotar ou limitar eventuais exigências dos vários órgãos que fiscalizam o projeto básico, assinale a opção que apresenta o conjunto completo e correto, formado por especialidade e seus respectivos elementos e conteúdos que devem constar no respectivo projeto básico das disciplinas (Especialidade), segundo a ORIENTAÇÃO TÉCNICA OT - IBR 001/2006 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP.

- A) Especialidade: Projeto de Fundações; Elementos: desenho e memorial; Conteúdo: locação, características e dimensões dos elementos de fundação, método construtivo, cálculo de dimensionamento.
- B) Especialidade: Projeto Arquitetônico; Elemento(s): desenho; Conteúdo: situação, implantação, com níveis, plantas baixas e de cobertura, cortes e elevações, detalhes (que possam influir no valor do orçamento), indicação de elementos existentes, a demolir e a executar, em caso de reforma e/ou ampliação.
- C) Especialidade: Projeto Estrutural; Elementos: desenho e memorial, planta baixa com lançamento da estrutura com cortes e elevações, se necessários, método construtivo, cálculo do dimensionamento.
- D) Especialidade: Projeto de Instalações Hidráulicas; Elementos: desenho e memorial; Conteúdo: planta baixa com marcação da rede de tubulação (água, esgoto, águas pluviais e drenagem), prumadas e reservatório, esquema de distribuição vertical, materiais, equipamentos.

57. Considerando as diretrizes do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO –, segundo a NR07, atente para as seguintes afirmações:

- I. O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas do governo federal no campo da saúde dos trabalhadores, sem necessidade de estar articulado com o disposto nas demais NR.
- II. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.
- III. O PCMSO deverá ter caráter de ação direta na comunidade de trabalhadores de um bairro específico, rastreamento e diagnóstico após a ocorrência de enfermidades com agravos à saúde relacionados ao trabalho, exclusivamente de natureza hospitalar, além da constatação da existência de estudos estatísticos de casos de doenças profissionais ou danos reversíveis à saúde dos trabalhadores.
- IV. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

Est á correto o que se afirma somente em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

58. Considere um cenário em que o engenheiro residente de um empreendimento entendeu que se fazia necessária a alteração de um projeto, realizado por outro profissional inscrito no mesmo conselho, para a continuidade de uma obra. No que diz respeito à responsabilidade técnica, o engenheiro residente deve

- A) alterar o projeto e registrar uma ART relativa às modificações do projeto, realizadas e consideradas necessárias.
- B) proceder às alterações sem necessariamente registrar uma ART, tendo em vista ser normal a necessidade de modificação de projetos durante a execução de um empreendimento.
- C) entrar em contato com o profissional responsável pelo projeto original e solicitar que o mesmo proceda à alteração; caso o profissional recuse ou esteja impossibilitado, deverá ser documentada a recusa, ou impossibilidade (para fins de comprovação), em seguida, deve proceder à alteração, responsabilizando-se pela realização das modificações, por meio do registro de uma ART.
- D) realizar as modificações consideradas necessárias e comunicar ao cliente que há um responsável pelas alterações.

59. Analise as seguintes afirmações:

- I. O documento recomendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas que fornece diretrizes para gerenciamento de projetos, que pode ser usado por qualquer tipo de organização, incluindo pública, privada ou organizações comunitárias, e para qualquer tipo de projeto, independentemente de complexidade, tamanho ou duração é a ABNT NBR ISO 21500:2012.
- II. Não existe normativo nacional recomendado pela ABNT para orientações a respeito do gerenciamento de projetos. A Norma utilizada no desenvolvimento das ações de gerenciamento de projetos pela engenharia nacional é a publicação internacional *Guide to the Project Management Body of Knowledge* (ou Guia para o Conjunto de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos), conhecida como *PMBOK*, de autoria do *Project Management Institute (PMI)*, mais precisamente, do *PMI Standards Committee*, o comitê de padronização do *PMI*, que possui tradução para a língua portuguesa.
- III. No desenvolvimento das ações de gerenciamento de projetos na iniciativa privada pode ser utilizada a Norma ABNT NBR ISO 21504:2016. Tendo em vista que tal normativo não é aplicável às organizações públicas, em virtude de impedimento por parte da Lei Federal nº 8.666/93.
- IV. Orientações e princípios sobre gerenciamento de portfólios de projetos e programas são encontrados na ABNT NBR ISO 21504.

Está correto o que se afirma somente em

- A) II e IV.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I e III.

60. Considerando que existem diferenças importantes entre gerenciamento e gestão de projetos, entende-se que as ações de gerência são desenvolvidas no tratamento de setores ou departamentos específicos de organizações que lidam com projetos. Nesse caso, pode-se considerar que a função do gerente de projetos é exercer funções bem delimitadas, relacionadas ao seu campo de atuação ou departamento. Nesse cenário, a gestão de projetos é entendida como uma especialização do gerenciamento, isto é, o gestor de projetos deve exercer funções mais criativas e que requerem maiores habilidades na gestão dos riscos, das pessoas, dos recursos, dos prazos e, sobretudo, da governança, aplicando ferramentas modernas de participação, estímulo à responsabilidade e autonomia dos envolvidos no projeto com o foco gerencial e

processo administrativo. Diante disso, é necessário que, no mínimo, os profissionais de engenharia e arquitetura tenham conhecimento da existência dos normativos a respeito do tema de gestão. Dessa forma, assinale a opção que corresponde à Norma da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – que tem por objetivo descrever o contexto em que a governança de projetos, programas e portfólios é conduzida e fornecer orientação sobre a governança de projetos, programas e portfólios, além de poder ser usada para avaliação, garantia ou verificação da função da governança de projetos, programas ou portfólios.

- A) ABNT NBR ISO 21505:2018
- B) ABNT NBR 5410:2004
- C) ABNT NBR ISO 21500:2012
- D) ABNT NBR 5626:1998